

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2003
(Do senhor Waldemir Moka)

Solicita informações ao Ministério das Minas e Energia sobre denúncias divulgadas pelo jornal Folha de S. Paulo, envolvendo créditos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), no valor de R\$ 62.274.662,39, repassados pela Petrobrás a 35 empresas, numa negociação que contou com a participação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Exa., com base no Art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações à Ministra de Minas e Energia, Dilma Roussef, sobre denúncias divulgadas pelo jornal Folha de S. Paulo, envolvendo créditos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), no valor de R\$ 62.274.662,39, repassados pela Petrobrás a 35 empresas, numa operação que contou com a participação do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

JUSTIFICAÇÃO

Notícias divulgadas no dia 10 de julho de 2003 pelo jornal Folha de S. Paulo indicam irregularidades nas operações sobre transferências de créditos de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), no valor de \$ 62.274.662,39, entre o Governo de Mato Grosso do Sul, a Petrobrás e empresas. Esse montante, segundo o jornal paulista, teria sido repassado a 35 empresas do Estado, que financiaram a campanha de reeleição do governador José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, além da campanha do senador Delcídio do Amaral Gomes, ex-diretor de Energia e Gás da Petrobrás, e do deputado federal Vander Loubet, ambos do PT.

As denúncias são graves e exigem pronto e rápido pronunciamento desta Casa sobre o envolvimento de parlamentares, do governador do Estado de Mato Grosso do Sul e de dirigentes da estatal. Segundo a reportagem, o “Ministério Público Federal, em Campo Grande (MS), investiga se houve prejuízo para a União, que teria direito a 15%, ou seja, R\$ 9.341.199,30, dos R\$ 62,2 milhões, caso o dinheiro entrasse via conta do governo.

De acordo com a Folha, “o percentual de desconto de 15% na operação está previsto na Resolução nº 69/199, do Senado Federal, correspondente à amortização da dívida que o

Estado paga à União”. Some-se a isso prejuízos no valor de R\$ 15,5 milhões contabilizados pelos 77 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, referentes ao não-repasse do percentual de 25% sobre os R\$ 62.274.662,39.

O mais grave, senhor presidente, é que a maioria das empresas que receberam os créditos em suas contas feitos pela Petrobrás contribuiu com as campanhas de candidatos do Partido dos Trabalhadores. Governo do Estado e Petrobrás trocam acusações, sem, contudo, dar explicações convincentes sobre essas transações.

Resta-nos afirmar que se trata de negociação sombria, misteriosa e enigmática, a qual exige profunda investigação e acompanhamento desta Casa, sob pena de privar a opinião pública da verdade.

São essas respostas que a sociedade sul-mato-grossense espera.

Sala das sessões, em 10 de julho de 2003

DEPUTADO WALDEMIR MOKA
PMDB/MS